

**AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.478.330 - PR
(2014/0222104-3)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

AGRAVANTE : BENTO MENDES CARDOSO

ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

**GENILSON PEREIRA - DEFENSOR DATIVO -
PR037303**

AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E HOMICÍDIO TENTADO. PRONÚNCIA TRANSITADA EM JULGADO. INIMPUTABILIDADE DO RÉU. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. NULIDADE DA DECISÃO DE ABSOLVIÇÃO. EXISTÊNCIA DE MAIS DE UMA TESE DEFENSIVA. INEXISTÊNCIA DE *REFORMATIO IN PEJUS*. PRECLUSÃO DA PRONÚNCIA. COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE SENTENÇA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A anulação de sentença que absolveu sumariamente o réu, com aplicação de medida de segurança – diante da superveniência de laudo atestando certo grau de insanidade –, não ofende o art. 415, parágrafo único, do CPP, quando existiam outras teses defensivas – legítima defesa e desclassificação dos delitos – cuja competência para análise era do Tribunal do Júri e cujo exame poderia importar, inclusive, em situação mais benéfica ao réu.

2. A alegação de *reformatio in pejus* só estará configurada caso a nova sentença venha a ser mais gravosa do que aquela estabelecida no *decisum* anulado.

3. Transitada em julgado a pronúncia, a competência para o exame de eventual inimputabilidade do réu é do Tribunal do Júri. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**